



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17856 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

**PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIAS ESTUDANTIL NAS IFES: O QUE DIZEM AS PESQUISAS**

Cíbele Maria Lima Rodrigues - Fundação Joaquim Nabuco

Lais Vitoria Alves Paulino da Silva - Fundação Joaquim Nabuco

Maria Camila dos Santos Rocha - UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq e FACEPE Fundação de Amparo à Pesquisa de Pernambuco

**PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIAS ESTUDANTIL NAS IFES: O QUE DIZEM AS PESQUISAS**

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a produção acadêmica relacionada aos estudantes beneficiários de bolsas dos programas de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IES) do Brasil. Segundo o Censo de Educação Superior 2017 (BRASIL, 2018), houve um aumento nas matrículas no ensino superior entre 2007 e 2017 que está relacionado com as políticas de expansão dos governos Lula e Dilma. Contudo, o acesso à educação superior ainda está longe de ser universal, devido às lacunas na educação básica, especialmente nas escolas públicas (Zago, 2006). Segundo Sguissardi (2015), a ampliação se deu acompanhada de um processo contraditório de maior ampliação do setor privado e ausência de um planejamento para garantir maioria do setor público na oferta.

A ampliação das vagas nas instituições públicas, no governo Lula, veio acompanhada da criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2007, regulamentado pelo Decreto nº 7.234 de 2010, como forma de mitigar as desigualdades existentes. Esse conjunto de políticas visava democratizar o acesso e permanência de estudantes de baixa renda em cursos presenciais de graduação. O PNAES prioriza estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e expressa o discurso dos governos do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma) sobre a redução das desigualdades sociais e a garantia do direito à educação (Carvalho, 2009), considerando que esse direito embora esteja na Constituição desde 1988 ainda não se concretizou. Vale salientar que o programa, como as políticas sociais, não tem como intuito "resolver" o problema das desigualdades, visto que ele

é constitutivo da sociedade capitalista, eles tentam mitigar os efeitos dessa fratura.

Sendo assim, as ações do PNAES incluem moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e assistência a estudantes com deficiência e superdotação, atendendo a demandas de movimentos de estudantes e de pessoas com deficiência. É também uma marca das gestões de Lula e Dilma a relação de diálogo com os movimentos sociais, muito embora, nem sempre as demandas destes tenham sido plenamente atendidas, mas essa relação representou um marco na história das políticas educacionais (Rodrigues, 2023, Carvalho, 2009).

O PNAES insere-se no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, que trouxe uma perspectiva sistêmica para a política educacional brasileira, articulando programas desde a educação infantil até a pós-graduação. Foi criticado por Saviani (2007) por não ter implantado o Sistema Nacional (que também é uma reivindicação das entidades acadêmicas e sindicais). Diferente da gestão anterior, o PDE tratou a educação de forma sistêmica, o que representa uma mudança em relação ao governo anterior (Fernando Henrique Cardoso) que priorizou o ensino fundamental (Carvalho 2009).

No contexto das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, destacou-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que mais que dobrou o número de matrículas (Ristoff, 2016). Em termos de acesso, a criação do SISU (sistema de seleção unificada) possibilitou a unificação do acesso em âmbito federal. Posteriormente, a Lei de Cotas (Lei n 12.711/2012) cria ações afirmativas considerando as desigualdades sociais e étnico-raciais. Apesar dos cortes realizados pelo governo Bolsonaro que quase o inviabilizaram, o PNAES permaneceu ativo.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como foco as pesquisas sobre as trajetórias dos estudantes vinculadas aos programas de assistência. Partiu-se do princípio que a análise das pesquisas existentes auxilia na compreensão sobre os resultados dessa política (programa). E ainda, seguindo a perspectiva de Mainardes e Tello (2012) deseja contribuir para melhor compreensão do campo da produção. Os autores destacam a relevância da análise do posicionamento e do enfoque epistemológico dos trabalhos acadêmicos.

Para a consecução do presente trabalho, efetuou-se uma pesquisa das teses e dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) e no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) para identificar os trabalhos acadêmicos na área de Educação. Para localização das obras foram utilizados os descritores: educação superior, IES e assistência estudantil. A busca teve como resultado sete trabalhos: Elaine Loeblin (2015), Roseli Nunes (2016), Elenice Santos (2017), Ivone Souza (2021), Marianna Tavares (2021), Ana Carolina Silveira (2021) e Maria Jenette Lima (2022).

A análise revelou que os programas de assistência estudantil são cruciais para a permanência, mas insuficientes para o amplo espectro de desigualdades. Enfrentam assim o que Acácia Kuenzer (2002) chama de "inclusão excludente". A própria ideia de "programa de assistência" pressupõe uma limitação que está relacionada com os pressupostos do Estado no neoliberalismo de criar políticas focalizadas para "reduzir as desigualdades" (Azevedo, 2004). Como aponta Marx (1995), as "políticas sociais" tentam sanar, parcialmente, as contradições, garantindo uma emancipação parcial (política), mas nem essa emancipação parcial não foi alcançada. Mesmo com a grande ampliação, os pobres não são considerados sujeitos de direitos, eles apenas são dignos de caridade, proteção e favor (Telles, 2006).

## **2 AS PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS**

## UNIVERSIDADES FEDERAIS

As primeiras iniciativas de Assistência Estudantil datam do ano de 1930, através de programas de alimentação e moradia universitária, no governo Vargas (IMPERATORI, 2017), em um contexto de maioria de elites. A ausência da concepção de Estado republicano fez com que os direitos não fossem considerados como legítimos e racionais, mas como privilégios acessíveis apenas para as classes médias e altas, excluindo pretos e pobres (Telles, 2006; Carvalho, 2002) distante da educação republicana, instituída no estado moderno.

Com a eleição de Lula houve uma mudança paradigmática em relação à política educacional que propõe um novo “contrato social”, no qual a educação aparece como “elemento estratégico para o desenvolvimento econômico” (IPEA, 2009 p.4). Apesar da “república” ter sido “proclamada” em 1889, pelos militares, o Estado brasileiro ainda está distante do ideal republicano liberal, devido à persistência de práticas de clientelismo e patrimonialismo, sobretudo quando se trata da garantia de direitos às populações pobres.

No tocante à Educação Superior, foi instituído, em 2008, o Programa Federal de Ações Afirmativas por meio do decreto nº 11.785. O programa está atravessado pelo discurso do direito à educação e equalização das "oportunidades" mediante "a implementação de medidas afirmativas". Estas, por sua vez, visam combater desigualdades históricas e fomentar a inclusão de grupos marginalizados historicamente.

O estudo de Loeblin (2015) explora a situação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) que participam do PNAES, sob uma perspectiva marxista. Essa perspectiva entende a história como um processo de transformação social impulsionado por contradições de classe. A pesquisa, realizada em 2013 no campus Ji-Paraná, envolveu 118 estudantes e a maioria dos estudantes considerou o PNAES essencial para a permanência, pois sem o auxílio, teriam que trabalhar, comprometendo seus estudos.

No entanto, Loeblin aponta a necessidade de ampliar o número de vagas e modalidades de auxílio para ter um impacto universal e significativo. Os estudantes também destacaram a insuficiência dos auxílios, a falta de apoio psicopedagógico e psicossocial e a necessidade de maior investimento em programas de pesquisa e extensão. A demanda central dos estudantes é a universalização das ações e vagas de assistência, mostrando que o modelo seletivo atual do PNAES não atende a todos que precisam, ou seja, contradiz o princípio do direito universal.

Assim como Loeblin (2015), Tavares (2021) examina as principais diretrizes e estratégias de permanência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), utilizando a abordagem marxista, o materialismo histórico-dialético. Tavares contextualiza as transformações sociais, econômicas e tecnológicas que exigem a adaptação das políticas educacionais, especialmente no ensino superior. Em seu estudo, destaca-se a má gestão dos recursos destinados à assistência estudantil, vista como um dos pontos que pode prejudicar o programa e os estudantes que dele dependem para permanecerem na universidade.

Tavares (idem) refuta o argumento de que os estudantes universitários são predominantemente de classes mais altas, mostrando que 70% dos estudantes da UFRN pertencem à faixa de renda mais baixa. Essa análise justifica a necessidade de políticas de assistência estudantil, sublinhando a necessidade de sua ampliação.

A partir da perspectiva de Bourdieu (2015), a pesquisa de Santos (2018) também apresenta as desigualdades e os processos de inclusão/exclusão. A partir da análise de 213 alunos que ingressaram na UFRGS por cotas entre 2008 e 2016. Nas respostas: 94 alunos responderam

que a universidade promove inclusão em parte, 85 concordam plenamente, 15 discordam em parte, 11 discordam plenamente e 8 não tem opinião formada.

De acordo com as respostas, a “falsa ilusão de inclusão no acesso” é percebida, no enfrentamento de desvantagens competitivas devido a qualidade inferior de suas escolas de origem. A maioria dos estudantes acredita que a assistência estudantil, embora seja importante para garantir a permanência, considera que não é totalmente eficaz para garantir a conclusão.

O trabalho de Nunes (2016), também explora a perspectiva de Bourdieu, pontuando a contradição da ideia de estado mínimo (do neoliberalismo). Defende que as políticas de ação afirmativa são importantes para a inclusão na educação superior em diversos países. Analisa as regras para a concessão de assistência estudantil na UFMT (regulada por editais). Na análise da autora, os resultados apontam que alunos que já trabalharam, afirmam que é difícil conciliar estudo e trabalho, por isso a importância das políticas para garantir maior dedicação aos estudos. Estudantes que não tiveram acesso à assistência estudantil, pela limitação de recursos, buscam outras opções de bolsas (Iniciação e Monitoria) e estágios, para permanecer no curso.

Em outra perspectiva teórica, Lima (2022) conduz uma investigação aprofundada sobre as políticas de assistência estudantil sob a perspectiva da governamentalidade neoliberal, baseada na análise do discurso foucaultiano, explorando conceitos como sujeito, enunciado, dispositivo e discurso. A pesquisadora analisou dois programas da Universidade de Campina Grande: a Residência Universitária e o Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação. A pesquisadora concebe que o PNAES não é apenas uma iniciativa estatal centralizada, mas um conjunto de práticas que envolve múltiplos atores e instituições. Essas práticas são moldadas por normas, regulamentos e diretrizes que refletem e perpetuam relações de poder existentes.

A pesquisa de Silveira (2021) se propôs a investigar como as ações de acessibilidade nas IFES foram afetadas pelos cortes de recursos públicos. Este estudo utiliza o referencial teórico que abrange o histórico da educação superior no Brasil, marcos normativos e a relação entre a educação especial e superior, a partir da configuração conceitual do ecletismo correspondente ao uso aleatório de ideias e conceitos para compor um quadro argumentativo, utilizando um conjunto de perspectivas epistemológicas que possam sustentar o posicionamento epistemológico. O ecletismo está vinculado a estratégia adicionada que dificulta a identificação do marco teórico devido a utilização de um conjunto de abordagem teórica (Mainardes, 2017). A análise aponta que os cortes de recursos, a partir de 2016, afetaram gravemente as ações de inclusão nas universidades.

A autora conclui que a redução dos recursos para os Núcleos de Acessibilidade, que ocorreu no governo Bolsonaro, acabou comprometendo o atendimento adequado aos alunos com deficiência, dificultando seu acesso e permanência. Apesar do Decreto nº 7.611/2011 garantir apoio financeiro e técnico, cortes orçamentários afetaram os serviços e a manutenção dos núcleos nas universidades.

Souza (2021), na mesma perspectiva de Silveira (2021), investiga o Programa Pró-Inclusão e sua influência no acesso e permanência dos estudantes bolsistas e cotistas entre 2014 e 2016 na UFAC. A autora destaca que o programa, desenvolvido pela UFAC, é uma extensão das políticas de assistência estudantil estabelecidas pelo PNAES e pela Lei nº 12.711/2012, que assegura a reserva de vagas para estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, e pessoas com deficiência. Entre 2014 e 2016, a UFAC foi pioneira ao destinar 5% das vagas para estudantes com deficiência, mesmo antes da normatização específica.

No entanto, o Programa Pró-Inclusão enfrenta desafios que comprometem sua eficácia,

como a burocracia e os critérios de seleção, que resultam em um número significativo de estudantes desclassificados, há uma discrepância entre a demanda por bolsas e a quantidade efetivamente alocada, indicando a necessidade de maior transparência e simplificação dos processos. Apesar do impacto positivo do programa, melhorias são necessárias, especialmente na divulgação e simplificação dos processos.

### 3 CONCLUSÃO

A partir das análises, pode-se observar que as pesquisas apontam a existência da vulnerabilidade econômica dos estudantes e o impacto positivo dos Programas de Assistência Estudantil nas trajetórias acadêmicas. Muito embora também apontem que ainda os recursos disponibilizados ainda não são suficientes para garantir todas as condições de permanência. Nesse contexto, as universidades, devido à alta demanda e recursos limitados, frequentemente adotam critérios rigorosos para priorizar os mais vulneráveis. Tavares (2021) critica a abordagem assistencialista em detrimento de um tratamento da assistência como um direito social.

De uma forma geral, as pesquisas reforçam a importância do programa de assistência estudantil. Esse contexto reflete o que Kuenzer (2002) chama de "inclusão excludente", uma expansão das oportunidades educacionais que não resulta em uma verdadeira inclusão social, perpetuando o ciclo de exclusão.

Por fim, não identificamos trabalhos com a perspectiva interseccional que considera as desigualdades de classe, gênero e raça que é um referencial potente, visto que o Brasil é permeado pelo racismo, machismo, a colonialidade que se traduz nos modos de ser, saber e poder e que, nessa perspectiva, atravessam as desigualdades educacionais (Lugones, 2020; Collins, 2017). As pesquisas também não tratam das reivindicações de movimentos estudantis no campo da assistência estudantil.

### REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Janete M. L. de. **A educação como política pública** - 3ªed. Campinas São Paulo: Autores Associados, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira; Afrânio Catani, 16. Ed. Editora Vozes: Petrópolis, 2015.
- CARVALHO, Rosângela T.. Educação Republicana e Qualidade Social da Educação. In: **33ª. Anais da Reunião Anual da ANPED**, 17p., 2009. 30 de janeiro de 2010.
- COLLINS, Patrícia Hill. The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy. **Investig. Fem (Rev.)** 8(1) 2017: 19-39
- IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, p. 285-303, 2017.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão incluyente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, trabalho e educação**, v. 3, p. 77-96, 2002
- LIMA, Maria Janete. **Análise das Políticas de Assistência Estudantil: Pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da governamentalidade Neoliberal**. 2022. Tese de Doutorado. Fundação Universidade Federal de Sergipe.
- LOEBLIN, Elaine Lucio. **A materialização do Programa Nacional de Assistência**

**Estudantil - PNAES para estudantes de graduação da UNIR JI-PARANÁ/RO.** 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Rondônia.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero, In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decolônias.** 1ª edição. ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 53-83

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional, perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação** v. 23 e230034, 2018.

MICHEL Foucault (1978) A “Governamentalidade” In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber.** Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003.

MAINARDES, Jefferson; TELLO, César. A pesquisa no campo da política educacional: Explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 75, mar. 2012.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano. **Práxis**, Itumbiara, n.5, p.69-91, out./dez. 1995.

NUNES, Roseli Souza dos Reis. **A permanência dos estudantes que ingressaram por ação afirmativa: a assistência estudantil em foco.** 2016. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso.

RISTOFF, Dilvo. Democratização do Campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. **CADERNOS DO CGEA**, n 9, jan-jul, 2016

RODRIGUES, Cibele. Um panorama das políticas educacionais no Brasil nos anos do governo do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma).In UZUÉ, Martín e PERROTA, Daniela (orgs) **Nuevos desafíos para la educación superior regional : algunas reflexiones desde la Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales.** Buenos Aires, Clacso, 2023.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

SOUZA, Ivone De Oliveira Moraes. **Política de acesso e permanência na Universidade Federal do Acre: um estudo do programa Pró-inclusão.** 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Acre.

SANTOS, Elenice Cheis. **Política de assistência estudantil para estudantes cotistas de baixa renda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.** 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVEIRA, Ana Carolina Michelin. **Acesso e permanência na educação superior: uma análise das medidas de acessibilidade e inclusão em tempos de corte dos recursos públicos no período de 2016 a 2020.** 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria.

TAVARES, Marianna Carla Costa. **Políticas de permanência na graduação presencial na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010-2019).** 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

TELLES, Vera. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação** v. 11, p. 226-237, 2006.

PALAVRAS-CHAVE: Política educacional. Ensino superior. Assistência estudantil.